

COMO CITAR ESTE ARTIGO: MENDONÇA, J. F. O estudo lógico da linguagem: Frege, Russell e o problema do significado. **Revista Colineares**, Mossoró, v. 05, n. 01, p. 78-98, jan./jun. 2018.

O ESTUDO LÓGICO DA LINGUAGEM: FREGE, RUSSELL E O PROBLEMA DO SIGNIFICADO

THE LOGICAL STUDY OF LANGUAGE: FREGE, RUSSELL AND THE PROBLEM OF MEANING

Josailton Fernandes de Mendonça²⁷

RESUMO: O artigo examina duas teorias do significado linguístico: a teoria de Frege, conforme apresentada em dois famosos artigos: “Função e conceito” e “Sobre o sentido e a referência” e a teoria de Russell, conforme apresentada em “Sobre a denotação”. Estas teorias foram fundamentais para todo o estudo da semântica que se desenvolveu a partir do início do século XX em filosofia da linguagem. Como pressuposto ao exame dessas teorias, é apresentado, em linhas gerais, a problemática do significado sob o viés lógico-linguístico que será objeto de muitas críticas ao longo do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Significado. Linguagem. Semântica. Lógica. Referência.

ABSTRACT: The article examines two theories of linguistic meaning: Frege's theory, as stated in two famous articles: "Function and Concept" and "On Sense and Reference" and Russell's Theory, as presented in "On Denotation." These theories were very important for the entire study of semantics developed in the twentieth century in philosophy of language. For the purpose of examining these theories, the problem of meaning under the logical-linguistic approach is presented in general lines. This approach will be the object of many criticisms throughout the 20th century.

KEYWORDS: Meaning. Language. Semantics. Logic. Reference.

1 INTRODUÇÃO

²⁷ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, tendo defendido tese em filosofia analítica da linguagem. Professor Adjunto IV da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – FAFIC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: josailtonf@gmail.com

No século XX, as áreas de Lógica e Filosofia da Linguagem conheceram indubitáveis progressos. A partir dos trabalhos de Gotlob Frege (1848-1925), essas disciplinas desenvolveram análises semânticas cada vez mais sofisticadas, oferecendo resultados inovadores que influenciam outras áreas como Epistemologia, Meta-Ética e Filosofia da Mente. Exemplo disso são as teorias desenvolvidas a partir de 1950 sobre filosofia da linguagem natural – Ludwig Wittgenstein (1889-1951), John Austin (1911-1960), John Searle (1932-), Paul Grice (1913-1988). Outro exemplo é o surgimento da Filosofia Analítica. Trata-se de uma tradição filosófica segundo a qual o objeto da filosofia é a linguagem e o seu método é a análise lógica. A filosofia analítica tem seu fundamento com os trabalhos de George Edward Moore (1873-1958), Gotlob Frege e Bertrand Russell (1872-1970).

A rigor, a linguagem nunca passou despercebida pelos filósofos ao longo da história. Mesmo a Lógica, quando surgiu com Aristóteles, já pressupunha uma análise da linguagem. No conjunto das obras lógicas de Aristóteles — “Organon” — a análise da linguagem antecede a teoria silogística. Com efeito, a lógica que aparece nos “Primeiros Analíticos” só é plenamente compreendida a partir do estudo de “Da Interpretação” e “Categorias”, nas quais contém análise da linguagem²⁸. O mesmo ocorre com a Lógica Clássica Moderna, em Frege temos uma teoria da linguagem, principalmente em artigos famosos como “Sobre o Sentido e a Referência” de 1892, “Função e Conceito” de 1891 e “Sobre o Conceito e o Objeto” de 1892. Em Russell, o “Principia Mathematica”, publicado com Alfred Whitehead entre 1910-1913, é considerado pelos especialistas como um dos mais importantes trabalhos que envolve interdisciplinarmente, matemática, lógica e filosofia, possuindo uma dimensão comparável ao “Organon” de Aristóteles.

²⁸ Na ordem adotada pela tradição, desde o século III, o primeiro dos escritos constitutivos do “Organon” aristotélico denomina-se “Categorias”. Nesta obra, Aristóteles examina os termos constitutivos da proposição, a saber, sujeito e predicado em suas íntimas relações com a estrutura do real ou do ser, qual seja, a substância primeira (propriedades) e substância segunda (o objeto). O segundo escrito, trata-se do texto “Peri Hermeneias”. Na tradição latina, este tratado ficou mais conhecido como “De Interpretatione”, do qual chega até nós como “Da Interpretação”. Nesta condição, o tratado é visto como complementar às “Categorias” e, ao mesmo tempo, estudo preliminar aos “Primeiros Analíticos” – terceiro escrito na ordenação do “Organon” contendo a teoria lógica de Aristóteles – o silogismo.

Contudo, essa obra não está isolada da análise russelliana da linguagem, que encontramos em artigos como “On denoting”.

O que chama a atenção dos filósofos da linguagem é o poder semântico de uma expressão (palavra ou frase), isto é, o que significa para uma palavra ou enunciado significar alguma coisa. O que faz um conjunto de signos linguísticos apontar ou indicar (se referir) ao mundo? Pode haver pensamento sem linguagem? A linguagem influencia o conhecimento? Qual a relação entre linguagem e verdade? Quando dizemos que algo é verdadeiro, esse algo é o enunciado? E, principalmente: qual o significado de "significado"?

De acordo com Alston (1972), contudo, há várias outras tarefas que os filósofos tipicamente se impõem: a classificação de atos linguísticos, "usos" ou "funções" da linguagem, tipos de indefinição, tipos de termos e as várias espécies de metáforas. Assim, à medida que a filosofia é análise conceitual, estará sempre interessada pela linguagem. Nesta condição, a atividade do filósofo é fazer ressaltar as características do uso ou da significação de várias palavras ou formas de enunciado, em um sentido mais profundo, trata-se de examinar a natureza da significação linguística, definindo, desse modo, o objeto da filosofia da linguagem; compreendendo por linguagem, tanto aquela natural ou comum como o português, o inglês, etc, como aquelas artificiais da lógica e da matemática.

Sob essa perspectiva, examina-se neste artigo duas teorias do significado, as quais foram fundamentais para todo o estudo da semântica que se desenvolveu a partir do início do século XX em filosofia da linguagem: a teoria de Frege, conforme apresentada em dois famosos artigos: “Função e conceito” e “Sobre o sentido e a referência” e a teoria de Russell, conforme apresentada em “Sobre a denotação”²⁹. Contudo, como pressuposto ao exame dessas teorias, apresenta-se em linhas gerais a problemática do significado linguístico.

²⁹ Farei referência ao artigo “Função e Conceito” de 1891 e “Sobre o sentido e a referência” de 1892, a partir da tradução de Paulo Alcoforado em FREGE (2009) e ao artigo de Russell a partir de seu original, “On Denoting”, publicado na revista *Mind* em 1905, não obstante, haver uma importante tradução para o português, publicada na coleção “Os pensadores” volume Russell de 1978.

2 O PROBLEMA DO SIGNIFICADO

O problema do significado ou o valor semântico das expressões linguísticas diz respeito a natureza da relação entre as palavras e os fatos do mundo. A concepção intuitiva é que uma expressão linguística é indicativa ou descritiva da coisa – e nisto consiste seu valor semântico. No entanto, uma série de questões desafiam essa visão notadamente referencialista. No desenvolvimento de suas atividades, os filósofos se esforçam para indicar respostas sistemáticas a essas questões, em particular, concernentes ao fato de que palavras, frases e enunciados ou sentenças são dotadas de significado. Tais respostas constituem teorias do significado.

Dentre as principais questões concernentes ao significado, importa mencionar: como se relaciona a noção de significado com a noção de verdade? É o significado de um enunciado uma espécie de coisa? Existe algo como o significado literal das expressões linguísticas? Que espécie de coisa é o valor semântico dos nomes próprios? Ao que parece então, esse conceito é naturalmente problemático. Efetivamente, o que é dito apenas parcialmente é determinado pelas coisas a que o falante se refere. Propósitos e interesses acabam por se inserir na relação palavra-coisa, de modo que a noção comum de significado só aparenta clareza. O exemplo de Quine (1975) é providencial com respeito a esse ponto: assumindo que todas as criaturas com coração possuem rins e vice-versa, a extensão dos termos (ou seus referentes), “criaturas com rins” e “criaturas com coração” é exatamente a mesma. Mas, como estes termos diferem em significado, deve haver outra dimensão para o termo “significado” além de extensão. Essa outra dimensão tem que ser a intensão (assim mesmo, como “s”!).

O par extensão-intensão (com “s”) remete aqui à teoria semântica de Carnap (1956)³⁰. Para ele extensão relaciona-se com o nomear, com a verdade, enquanto a intensão tem a ver com a sinonímia, com analiticidade, mais precisamente, a representação conceitual contida em uma expressão linguística, logo, o conceito

³⁰ Com respeito ao par intensão-extensão ver Carnap (1956, p.23).

individual é a intensão de uma expressão individual. De toda maneira, há quem discorde, Putnam (1996), por exemplo, afirma que “intensão” é tão pouco esclarecedor do “significado” quanto o termo “conceito”, que por sua vez pode remeter a alguma coisa mental.

Ademais, a expressão “significado” tem aplicações que nada têm a ver com a linguagem. Por exemplo, em frases como “O seu choro significa tristeza”, ou em “as ações tiveram um significado desconhecido pelo juiz” e mesmo em muitas análises da linguagem na literatura filosófica apresentam-se diferentes concepções de significado. Compare-se, por exemplo, concepções como a de Locke (1999) – significado como ideia ou imagem mental; a dos neo-positivistas — significado de um enunciado é o seu método de verificação; a de Wittgenstein (1987) no *Tractatus logico-philosophicus* — significado de um enunciado consiste em suas condições de verdade; a de Wittgenstein (1994) nas “Investigações Filosóficas” — significado como uso; a de Paul Grice (1975) — significado do falante. Daí, muito embora as teorias tenham suscitados inegáveis progressos no esclarecimento das noções de significado linguístico, o diagnóstico de Putnam (1996) ainda aparece se impor. De acordo com ele, a dimensão da linguagem associada com a palavra “significado”, apesar de grandes esforços, está mal orientada e a expressão revela-se claramente pouco inteligível.

A propósito da obscuridade da noção de significado, ao menos, segundo a maneira como o conceito é examinado na tradição filosófica, Wittgenstein (1994) faz a crítica que, afinal, orientará o tratamento filosófico do tema sob o viés da pragmática: a significação das palavras não está estabelecida de modo definitivo, como parece pressupor a concepção de significado como uma entidade mental. Neste caso, o objeto das teorias semânticas na tradição lógica e analítica, a saber, a linguagem formal dotada da exatidão que não existe na linguagem comum, é um mito, pois, de acordo com Wittgenstein (1994) não é possível determinar a significação das expressões linguísticas sem considerar a práxis linguística vivenciada nos diferentes contextos de uso.

Contudo, atendendo ao estabelecido como objetivo do texto, usar-se-á o termo “significado” para expressar o valor ou conteúdo semântico das expressões da linguagem. Na linha do que afirma Stalnaker (1997), por “valor semântico” compreende-se aquilo, o que quer que seja, que prover, numa teoria semântica, uma interpretação para expressões simples e ainda explica o poder que essas expressões simples têm de afetar o valor e a verdade dos enunciados em que ocorre.

É claro que outras questões concernentes ao significado (valor semântico) das expressões linguísticas oferecem impulso fundamental à filosofia da linguagem. Em particular, a teoria do significado de Frege procura responder a seguinte questão: desde que o significado é representacional, parece que uma expressão aponta, indica, refere ao que ela significa – seu *denotatum* ou referente. Mas, se é assim, por que a substituição de termos co-referenciais em enunciados altera, algumas vezes, o seu significado? Esse problema é conhecido como “enigma de Frege” e, como tal, se constitui em um desafio à concepção intuitiva de significado. Um outro problema que, a rigor, decorre desse enigma é o seguinte: como pode uma sentença não ser acerca de um estado de coisa existente e ainda assim ter significação? A seguir, examina-se a maneira como Frege analisa e responde a essas duas questões para logo depois estudá-las à luz da teoria descritivista de Russell.

3 FREGE: A DISTINÇÃO ENTRE SENTIDO E REFERÊNCIA

O trabalho em filosofia da linguagem de Frege fundamenta-se sobre aquilo que é considerado sua maior realização, a criação da semântica da linguagem lógica moderna³¹. Para tanto, faz uso da noção chave de função. A ideia é que uma

³¹ No programa de Frege a linguagem está na linha de frente de suas investigações, constituindo-se em questão central de sua filosofia e lógica. Na sua primeira obra publicada, a saber, *Begriffsschrift*, traduzido como “Conceitografia”, Frege já anuncia seu projeto de construção de uma linguagem conceitográfica em que os pensamentos se mostrem tal como são em si mesmo. Frege foi pioneiro

expressão funcional seria familiar a todos que tenham estudado matemática elementar. Considere-se, por exemplo a expressão funcional “ $y = 4x$ ”. Aqui, y apresenta-se como uma função de x . Os números que a variável x denota são os argumentos da função (que não deve ser confundido com argumento linguístico constituído de premissas e conclusão), assim, para o argumento 1, obtém-se o valor 4, para o argumento 2 obtém-se o valor 8, para o argumento 3 obtém-se o valor 12 e assim sucessivamente. Frege estende essa noção de modo a incluir expressões predicativas, por exemplo, o predicado “ ___ é um número primo” é uma expressão funcional, cujos argumentos são os objetos colocados na lacuna de modo a obter valores verdadeiro ou falso. Dessa forma, colocando como argumento $\langle 4 \rangle$, resulta uma sentença falsa, a saber, “4 é um número primo”. Mas, colocar como argumento $\langle 7 \rangle$ resulta numa sentença verdadeira: “7 é um número primo”. Funções também são designadas para quantificadores “para todo $x...$ ” e “para algum x ”. Considere-se então o seguinte: $\exists x(Fx)$ que representa formalmente o enunciado, “para algum x , x tem a propriedade F ”. Esse enunciado será verdadeiro se, e somente se, existe pelo menos um objeto a que satisfaça o predicado F . Em outras palavras, $\exists x(Fx)$ é verdadeiro se, e somente se, a função $F(x)$ tem como valor o verdadeiro para ao menos um argumento de um domínio estipulado. E no caso de $\forall x(Fx)$ — expressão formal para “Para todo e qualquer x , x tem a propriedade F ” — é verdadeira se, e somente se, a função $F(x)$ tem como valor o verdadeiro para qualquer argumento do domínio estipulado. Observe-se que, neste caso, não há a menção a nenhum objeto específico; ocorre que uma função como $F(x)$, por exemplo, é uma expressão aberta ou incompleta e como tal não se pode atribuir-lhe valor de verdade. A fim de receber valoração, essa expressão deve ser fechada ou, transformada em um enunciado. O que se pode obter através de dois procedimentos: pela instanciação — uma constante preenche o lugar da variável, Fx/a — ou pela quantificação — a variável aberta se tornará ligada pelo quantificador. Neste último caso, a valoração fica a depender do exame do conjunto de objetos que compõem o domínio de referência

na explicitação do que é o pensamento e de como é constituído o significado das proposições e palavras.

estipulado para o enunciado. Na verdade, as funções têm como características o fato de serem incompletas ou insaturadas:

Estou preocupado em mostrar que o argumento não pertence à função, mas apresenta-se juntamente com a função para constituir um todo completo; pois uma função em si mesma deve ser denominada incompleta, em necessidade de suplementação, ou “insaturada”. (FREGE, 2009, p. 86).

Em seu artigo publicado em 1882 “*Über sinn und Bedeutung*” (Sobre o sentido e a referência) Frege introduz a distinção entre sentido e referência das expressões com o objetivo de explicar o valor semântico de um enunciado de identidade “ $a = a$ ” e de um enunciado de igualdade verdadeiro “ $a = b$ ”³². Assim, para Frege (2009, p. 131) há algo a mais na semântica de um termo que a sua função referencial. Com efeito,

É natural agora pensar que há conectado com um signo (nomes, combinação de palavras, letras) além do que o signo refere, o que pode ser chamado a referência do signo, algo que pode ser chamado de o sentido do signo, no qual está contido o modo de apresentação.

É possível, então, distinguir dois modos do significado: o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*). O *Bedeutung* fregeano alude à entidade extralinguística a que uma expressão da linguagem — Frase, nome próprio e predicado — está associada. E o *Sinn* é aquilo em que está incluído o modo pelo qual o indivíduo é apresentado pelo nome. Em uma acepção mais estrita, o *Sinn* é um aspecto constitutivo do valor semântico – o outro é o *Bedeutung* —, uma condição que o objeto deve satisfazer para ser o referente de uma expressão.

³² A preocupação de Frege com a questão semântica, em particular com a semântica das expressões singulares que designam objetos lógicos é muito importante, tendo em vista fundamentar logicamente a aritmética e a análise. Portanto, é como lógico e matemático que Frege sistematiza uma teoria do semântica e estrutura as bases da filosofia analítica da linguagem.

A distinção entre sentido e referência foi primeiro examinada por Frege para os nomes próprios, depois para sentenças ou enunciados declarativos e aplicado ainda aos predicados. Tome-se inicialmente o caso dos nomes próprios.

É natural distinguir-se nomes próprios e nomes comuns pelo fato de estes invocarem uma qualidade comum a muitos, enquanto os nomes próprios, no uso particular que dele é feito por um falante, designa algo ou alguém, mas não uma propriedade comum a muitos. É este exercício por parte de quem usa o nome que se constitui o mecanismo de referência singular. Neste sentido, o nome, “faca”, por exemplo, invoca qualquer instrumento cortante constituído por lâmina e cabo, já o uso particular de um nome como “Sócrates” individualiza alguém que é o *designatum* do nome. Assim, é dito que o uso do nome próprio distingue e especifica algo. O problema que incomoda é como o nome próprio cumpre essa função e se essa função é suficiente para a determinação de seu valor semântico, posto que se afigura correto afirmar que a explicação completa de um nome precisa observar outras propriedades além da referência. Deve-se compreender então que, o que está na origem da semântica do nome próprio é o modo particular do objeto se apresentar como referente, isto é, o sentido. Atente-se, por exemplo, para o enunciado (1):

(1) Pelé é Edson Arantes do Nascimento

Como Frege argumenta (2009), se o valor semântico consistisse apenas na referência, enunciados de identidade verdadeiros como (1) deveria ter o mesmo conteúdo informativo de enunciados analíticos como (2):

(2) Pelé é Pelé.

Entretanto (1) e (2) têm diferentes conteúdos informativos: é possível apreender algo novo com (1), mas não com (2), logo, apreender o sentido, estritamente falando, é relacionar o nome a um modo particular de introduzir o

referente³³. Nestas condições, o sentido é o modo de apresentação do referente e determina a referência.

Ao que parece, tem-se aqui uma dificuldade, representada pela afirmação de que o sentido determina a referência. Evans (1982), por exemplo, defende que o sentido determina a referência não identificando, mas fixando um modo particular de pensar esse referente. Efetivamente, o modo de apresentação está associado as muitas maneiras de destacar o referente e, desta forma, para compreender um proferimento contendo um termo singular o ouvinte deve não somente pensar o objeto particular, mas, sobretudo, pensar o objeto de um modo particular. E pensar o objeto de um modo particular determina diferentes atitudes, valorações e modos de fazer coisas. Dessa forma, é possível dizer que alguém que pensa um cavalo como “o animal montado pela rainha” e aquele que pensa o mesmo cavalo como “o corcel montado pela rainha” têm o mesmo pensamento, pois, independente das descrições associadas, o pensamento determina as mesmas atitudes com relação ao cavalo. Obviamente, lembra Evans (1982, p.20) que esta não é a maneira como Frege entende o sentido como modo de apresentação e como determinante do referente, contudo é uma maneira plausível de preservar a exigência de objetividade da noção de sentido.

A exigência de objetividade do sentido, decorre do fato de que variações de sentido para o mesmo nome prejudica o valor de verdade do enunciado em que o nome ocorre. De acordo com Frege (2009, p. 134), “[...] o sentido de um sinal é propriedade comum de muitos e, portanto, não é parte ou modo da mente individual”. Assim, o sentido de uma expressão não é uma realidade subjetiva, psicológica, representacional.

Entretanto, em um exame mais acurado a exigência de objetividade para a noção sentido sugere uma visão defeituosa, como diz Schirn (2008), a respeito do uso dos nomes próprios na linguagem natural. Nessa perspectiva, é preciso

³³ Frege (2009, p. 132. Nota 14) explicitamente associa a noção de sentido com a noção de conhecimento, compreensão.

observar que uma das principais características dos nomes próprios é a sua abertura semântica – os nomes próprios “José” ou “Maria” individualiza a muitos. A exigência de objetividade do sentido parece determinar uma única condição individualizadora do referente e essa condição deve ser compartilhada por todos que estejam familiarizados com a linguagem. Se assim for, cada nome próprio corresponderia ao único modo de ser de seu portador, em prejuízo a abertura semântica. O problema, portanto, é como conciliar a exigência de objetividade do sentido com essa abertura semântica que caracteriza os nomes próprios.

No caso de uma linguagem artificial a objetividade do sentido de um nome próprio se impõe naturalmente, sem, contudo, prejuízo da abertura semântica. Mas, no caso da linguagem natural, essa exigência é quase impossível de ser satisfeita, exceto por alguns casos³⁴, o uso dos nomes próprios na linguagem comum não apresenta univocidade de sentido. Contudo, é importante destacar que o interesse de Frege pela linguagem esteve sempre orientado pelo seu projeto de desenvolvimento de uma linguagem científica. Nessa linguagem, os nomes próprios precisam ter um sentido e uma referência definida para desempenhar sua função semântica nos enunciados em que comparecem. Mas essa exigência não cabe estritamente nos processos comunicacionais não científicos.

De todo modo, o problema do sentido não se esgota com a admissão desse aspecto, antes a questão se torna mais escorregadia quando analisada na perspectiva dos enunciados de caráter proposicional.

O ponto crucial é que às proposições são atribuídos valores de verdade como valor semântico, ou seja, o verdadeiro ou o falso são referentes de proposições. Mas considere-se o enunciado (3).

(3) Teseu é o homem que matou o minotauro.

³⁴ Por exemplo, se um dos participantes de um diálogo proferissem o seguinte enunciado, “A única filha de Sant’Ana e São Joaquim foi a primeira discípula de Jesus”. Neste caso, todos associariam o sentido da descrição “A única filha de Sant’Ana e São Joaquim” a Santa Virgem Maria, pois é único modo pelo qual o objeto é apresentado pelo nome, haja vista que tudo que sabe de Sant’Ana e São Joaquim é que eram os pais da Virgem Maria.

Claramente, apresenta-se como uma proposição e, como tal, expressa um pensamento, que nos termos fregeanos, constitui-se no sentido da proposição. No entanto, o referente do nome próprio “Teseu” é inexistente, logo, não se sabe a quem cabe o predicado “... homem que matou o minotauro” e, deste modo, muito embora o enunciado tenha sentido, não tem referente, isto é, não se pode lhe atribuir valor de verdade, mas às proposições são atribuídos valor de verdade.

Na tentativa de dirimir a dificuldade, afirma Frege (2009) que, o que leva a busca ao referente de uma sentença dotada de sentido é a preocupação com o seu valor de verdade, todavia essa preocupação nem sempre ocorre. Pode ocorrer da preocupação ser apenas com os sentimentos que a sentença evoca ou com a imagem.

Nesse caso, o sentido da frase já é suficiente. Dummett (1981) explica que expressões desse tipo tem um sentido, porque, a rigor, tem-se um critério para o objeto ser reconhecido como referente do nome, ainda que não haja tal objeto que satisfaça a condição determinada pelo sentido.

Nessas condições, é possível não se saber de que objeto se trata e ainda assim dizer significativamente algo dele, portanto, isso responde porque uma sentença pode ser acerca de um estado de coisas que não existe e ainda ter sentido.

Na literatura filosófica, encontra-se inúmeras e importantes análises a respeito de imprecisões da noção de sentido de Frege³⁵, em particular, no que diz respeito aos enunciados acerca dos inexistentes para os quais Frege rejeita o caráter denotativo — rejeita que possam lhe atribuir valor de verdade —, embora aceite seu caráter proposicional. Contra essa tese fregeana se insurgirá a teoria descritivista de Russell.

³⁵ A esse respeito ver, por exemplo, SCHIRN (2008); CHATEAUBRIAND (2008); KRIPKE (1980); EVANS (1982); DUMENTT (1981) dentre outros.

4 RUSSELL: O DESCRITIVISMO ABREVIATIVO

De modo geral, Russell³⁶ afiança a concepção de nomes próprios de Frege, ainda que deste difira em alguns pontos importantes. O problema básico que Russell constatou em concepções de nomes próprios como a de Frege é o seguinte: um enunciado como (4),

(4) O atual rei da França é calvo

Revela-se problemático porque o indivíduo denotado pela descrição definida atualmente não existe; como o valor de verdade do enunciado depende da determinação deste indivíduo, (4) parece ferir o princípio do terceiro excluído. Mas se a (4) não pode ser atribuído valor de verdade, como explicar o seu caráter proposicional singular, supondo que proposições denotam um valor da verdade?

A solução de Russell (1905, 1978) é radical: contrariamente à concepção de Frege, descrições definidas não podem ser incluídas na categoria dos nomes próprios. Precisamente, a inteligibilidade das descrições definidas não exige que estas apontem ou designem objetos, isto é, sejam expressões objeto-dependentes. Na verdade, assevera Russell (1905): proposições em que comparecem descrições definidas na posição de sujeito têm a forma lógica distinta de sua forma gramatical. Dessa maneira, um enunciado como “O maior rio em volume d’água do mundo fica no Brasil”, em sua estrutura lógica diz três coisas:

- (i) Há algo que é o maior rio em volume d’água do mundo.
- (ii) Apenas esse algo é o maior rio em volume d’água do mundo.
- (iii) Esse algo fica no Brasil.

E essas condições podem ser capturadas nos termos seguintes, usando o quantificador existencial (\exists) e o quantificador universal (\forall),

³⁶ As concepções semânticas de Russell em torno dos nomes próprios são uma extensão da sua teoria descritivista, que foi elaborada entre os anos de 1903 e 1905 e tem seu ponto alto com a publicação do ensaio *On Denoting* (1905).

$$(iv) \quad (\exists x) (Gx \ \& \ ((\forall y)(Gy \rightarrow y=x)) \ \& \ Fx),$$

Isto é — usando G para representar a descrição “o maior rio em volume d’água do mundo” e F para representar a propriedade “Ficar no Brasil” — “Existe um x que tem a propriedade G e, se todo y tem a propriedade G então x é igual a y, e x tem a propriedade F.

Nesse caso, a solução do problema básico concernente às descrições defectivas — descrições de objetos inexistentes — é muito natural. O enunciado (4), por exemplo, tem a mesma forma lógica que (iv) para G = Ser rei da França e F= Ser calvo, isto é.

$$(4') \quad (\exists x)(x \text{ é atualmente rei da França} \ \& \ ((\forall y)(y \text{ é atualmente rei da França} \rightarrow y=x)) \ \& \ x \text{ é calvo})$$

O que satisfaz a exigência do princípio do terceiro excluído sem o compromisso com o objeto de referência. Assim, o valor de verdade dos enunciados em que aparecem as descrições defectivas é garantido, no enunciado (4') o valor de verdade é o falso³⁷.

O segundo movimento de Russell (1978) para dirimir a questão foi então tratar os nomes próprios comuns como descrições truncadas ou abreviações de descrições³⁸. Ocorre que o nome próprio, ao menos no sentido lógico estrito, é uma expressão referencial por excelência³⁹. Nesta condição, um nome próprio é introduzido quando se deseja individualizar ou indicar um dado objeto com o qual se está em contato direto. O que encontra apoio em outra tese russelliana (2008), segundo a qual “você não pode nomear qualquer coisa que não esteja familiarizada ou em contato”. Essa condição distingue um nome próprio de uma descrição

³⁷ Uma conjunção é verdadeira quando seus conjuntivos foram verdadeiros. Neste caso, como o primeiro conjuntivo é falso a conjunção é falsa.

³⁸ Em Russell (1978, p. 71) é asseverado, [...] os nomes que comumente usamos como ‘Sócrates’ são realmente abreviações para descrições; **não somente isso, mas o que eles descrevem não são particulares, mas complicados sistemas de classes ou séries.** (grifo nosso).

³⁹ Russell (1978, p. 71) diz que “A única espécie de palavra que teoricamente é capaz de representar um particular é um nome próprio, e a questão completa dos nomes próprios é bastante curiosa. Nomes próprios =_{Def} palavras para os particulares.”

definida. Entretanto, ocorre que é possível introduzir nomes para objetos inexistentes como, por exemplo, o nome “Vulcano” dado pelos astrônomos ao suposto planeta entre Mercúrio e o Sol, que seria responsável pela perturbação da órbita do primeiro. Sendo assim, os nomes podem falhar em corresponder a um objeto apropriado. Em geral, a introdução de nomes próprios para objetos e indivíduos com os quais não se está em contato ou são inexistentes obedece ao princípio russelliano do conhecimento por descrição. Daí, em geral, tanto os nomes próprios “cheios” quanto os nomes vazios, ao nível de sua forma lógica, não são realmente nomes. Portanto, é possível tratá-los do mesmo modo que as descrições definidas: em termos quantificacionais. Sendo assim, um enunciado como (5),

(5) Vulcano é menor que a Terra.

Tem a forma lógica seguinte:

(5') $(\exists x) ((x \text{ é planeta que interfere na órbita de Mercúrio} \ \& \ ((\forall y)(y \text{ é planeta que interfere na órbita de Mercúrio} \rightarrow y=x)) \ \& \ x \text{ é menor que a Terra})$.

Nela as condições de verdade estão logicamente determinadas, e não precisa assumir o compromisso com a existência de um objeto chamado “Vulcano”, que não existe. Isso responde à questão do porquê uma sentença pode ter valor de verdade e não referir. Precisamente, o caráter proposicional da sentença se expressa através da sua forma lógica, isto é, somente a forma lógica das sentenças acerca do inexistente, pode dizer do que não é que não é, ou seja, manifestar um valor de verdade, o falso. A forma gramatical é ineficiente nesse aspecto⁴⁰.

Do ponto de vista de Russell (1978) a epistemologia é um fator importante para a compreensão de seu descritivismo semântico. Na verdade, Russell (2008) assevera que não é possível nomear o que quer que seja na ausência de um contato direto com o objeto. Nessa situação, descrições definidas concernem ao

⁴⁰ Um exame mais acurado e uma crítica a concepção de Russell segundo a qual nomes próprios são descrições definidas abreviadas pode ser encontrada em Mendonça (2016).

conhecimento que se tem de certas propriedades do objeto, na impossibilidade de contato direto com este. Ora, como um nome se aplica apenas a um particular com o qual o falante esteja em contato direto, conclui então Russell (1978), que nomes, em sentido lógico estrito, restringem-se apenas às expressões demonstrativas “isto” ou “aquilo”. Nomes próprios comuns não têm esse caráter lógico-epistêmico. A esse propósito ele (1905, p. 492) afirma o seguinte:

[...] quando há algo com o que não estamos em contato imediato, mas do qual temos apenas definições por frases denotativas, então a proposição na qual essa coisa é introduzida por meio de frases denotativas não contém realmente essa coisa como constituinte, mas contém, ao invés disso, os constituintes expressos por muitas palavras da frase denotativa.

O que sugere que descrições definidas introduzem objetos indiretamente no discurso; ou melhor, introduzem objetos, descrevendo. O caso de expressões como “Napoleão” “Sócrates”, “Pedro”, enfim, no caso dos nomes próprios, não apreendemos diretamente o objeto do qual se estar a falar quando se usa essas expressões. Antes, por meio dessas expressões, o objeto é introduzido no discurso por descrição definida. Por exemplo, “Napoleão, o marido de Josephine”, “Sócrates, o mestre de Platão”, “Pedro, o primeiro Papa”. Daí, conclui Russell, (1978) que nomes próprios são, na verdade, descrições definidas abreviadas. Assim, “Isto quer dizer que o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio só pode geralmente ser explicitamente expresso se substituirmos no nome próprio por uma descrição” (RUSSELL, 2008, p. 114).

Contudo, é importante chamar a atenção para o “pomo da discórdia” entre Russell e muitos de seus críticos: o uso referencial das descrições definidas, em particular, as descrições definidas defectivas. Entre esses, destaca-se como uma das mais discutidas na literatura, as objeções de Donnellan⁴¹.

⁴¹ Apesar das objeções de Strawson em “On Referring” (1950) serem ainda mais célebres e incisivas que as de Donnellan, quero colocar em evidência aqui as objeções que discutem as descrições definidas defectivas. As críticas de Dannellan (1998) atendem ao nosso propósito, além de serem igualmente importantes.

Donnellan (1998) argumenta em favor da distinção entre uso atributivo e uso referencial das descrições definidas. Um falante usa referencialmente uma descrição definida quando ele pretende chamar a atenção acerca do indivíduo ou do objeto sobre o qual está falando, caso em que o contexto é essencial na determinação do referente. No uso atributivo, é asseverado que algo, o que quer que seja, é tal que o seu significado semântico depende apenas das palavras que compõem a descrição. Portanto, enquanto o uso referencial quer chamar a atenção para uma pessoa ou coisa, ou seja, o que importa é o alvo referencial, no uso atributivo o mais importante é a relação de satisfação.

Donnellan (1998) alega que o uso referencial das descrições definidas, defectivas ou não, são inexplicáveis na teoria de Russell, pois de acordo com ele, quando uma descrição definida é usada referencialmente, o alvo é o *designatum*. Por exemplo, imagine uma situação em que um homem se agita e grita desesperadamente com uma faca em punho sobre o corpo mortalmente ferido de Smith. Um falante x, presente nesse contexto, profere a seguinte asserção; “O assassino de Smith é insano”. A descrição “O assassino de Smith” individualiza alguém, ou seja, no enunciado proferido naquele contexto específico, a descrição indica, aponta, o objeto. Em outra situação em que apenas o corpo mortalmente ferido de Smith se encontra à vista de alguém, esse poderá proferir a mesmo enunciado, “O assassino de Smith é insano”, fazendo uso da mesma descrição, mas de forma atributiva, isto é, o alvo agora é quem quer que satisfaça a descrição. Mas como é sabido, o uso atributivo do enunciado “O assassino de Smith é insano”, nos termos da análise quantificacional de Russell, expressa o seguinte:

$(\exists x) ((x \text{ é assassino de Smith} \ \& \ (\forall y)(y \text{ é assassino de Smith} \rightarrow y = x) \ \& \ x \text{ é insano}).$

A descrição não individualiza — observa-se que as variáveis do enunciado não representam alguém em particular. Antes, na análise de Russell, a descrição deixa de estar pelo objeto para ocupar a função de atributo que pode ser satisfeito por alguém, em outras palavras, na forma lógica do enunciado a descrição tem uso

atributivo. Igual situação se passa com descrições como “O atual rei da França”. Em um contexto em que um falante com a intenção de se referir ao atual presidente da França, profere o enunciado “O atual rei da França é careca”, o uso da descrição é referencial. Mas na análise russelliana, tal uso escaparia.

Entretanto, é recomendável não ser assim tão incisivo. Há descrições definidas cujo uso é tão somente referencial e tais descrições são perfeitamente contempladas na teoria russelliana. Considere-se, por exemplo, o enunciado “O maior rio em volume d’água do mundo fica no Brasil”, e ainda, “O primeiro homem a pisar no solo da lua” ou “O ponto mais oriental da América do Sul”. Nesse caso, uma réplica à objeção de Donnellan deve, portanto, ressaltar que, em alguns casos, a forma lógica dos enunciados em que comparecem certas descrições preserva o sentido original do uso destas descrições definidas, a saber, referencialmente.

Convém ainda ressaltar que o uso referencial ou atributivo de uma descrição definida, defectiva ou não, emerge das intenções de um falante em uma comunidade linguística. Portanto, os argumentos que Donnellan (1998) aduz contra Russell pressupõem análises de um fenômeno — o uso referencial das descrições definidas por parte de um falante, em proferimentos particulares em um contexto — que, em um sentido estrito, não estaria guiando a teoria russelliana, embora se possa aludir a esse fenômeno, dado o enorme poder expressivo da teoria das descrições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida a questão do significado linguístico tem, ao longo da tradição filosófica, enfoque diversos: linguístico estrutural, semiótico, pragmatista, representacionalista, lógico e contextualista. Todos esses enfoques ressaltam um ou outro dos aspectos internalistas e externalistas no tratamento do problema. O exame do tema sob o enfoque lógico-linguístico, que foi desenvolvido neste trabalho, ressalta o aspecto internalista que será objeto de muitas críticas ao longo

do século XX, sobretudo, após a publicação das “Investigações filosóficas” de Wittgenstein no ano de 1953. De fato, essa obra marcará o desenvolvimento do enfoque pragmático no tratamento do problema do significado.

Entretanto, a “virada pragmática” não diminuiu o valor das análises da questão do significado à luz das teses lógico-semânticas de Frege e Russell, pois, a rigor, a pragmática não pode negar a complexidade das relações lógico-semânticas, embora a esta imponha limites.

Sob essa perspectiva, a partir dos trabalhos de Frege e Russell a filosofia ganha novos desafios, por exemplo, desde que não há pensamento sem linguagem é possível que os problemas da linguagem afetem nossa capacidade de expressar o pensamento? Qual a natureza da relação entre o nome próprio e o objeto? O significado é normativo e mental ou é determinado pelo contexto de proferimento dos enunciados? Estas e muitas outras questões são determinantes nas análises lógico-semânticas da linguagem e as teses fregeanas-russelianas exercem grande influência em toda essa reflexão. Por esse motivo, é bem-vindo todo esforço por elucidar o pensamento desses dois grandes filósofos. Sob este horizonte esteve situado nosso modesto empreendimento.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Organon: Categorias**, Lisboa, Guimarães Editores, 1985

_____. **Organon: Da Interpretação**. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.

ALSTON, W. P. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

AUSTIN, J. **How to Do Things With Words**. Cambridge MA: Harvard University Press, 1962.

CARNAP, R. **Meaning and necessity: a study in semantics and modal logic.** Chicago: The university of Chicago press, 1956

CHATEAUBRIAND, O. Senses: response to Marco Ruffino. In: **Manuscrito – Rev. Int. Fil.**, Campinas, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 315-329

DUMMETT, M. **Frege Philosophy of language. 2a.ed.** Cambridge: Harvard university press, 1981.

DONNELLAN, K. Reference and definite. In: OSTERTAG, G. **Definite descriptions: a reader.** Massachussets: Massachussets institute of technology, 1998, p. 173-193.

EVANS, G. **The varieties of reference.** Oxford: Oxford university press, 1982.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: **Lógica e filosofia da linguagem.** Trad. Paulo Alcoforado. 2 edição. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2009, p. 129-158.

_____. Função e conceito. In: **Lógica e filosofia da linguagem.** Trad. Paulo Alcoforado. 2 edição. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2009, p. 81-110.

_____. The Thoughts: A logical inquiry, **Mind**, new series, v. 65, n. 259, jul. 1956, p.289-311.

GRICE, H. P. **Logic and Conversation**, 1975, pp. 22-40.

KRIPKE, S. Speaker's reference and semantic reference. In: OSTERTAG, G. **Definite descriptions: a reader.** Massachussets: Massachussets institute of technology, 1998, p. 222-256

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano.** Trad. Anoar Alex. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MENDONÇA, J.F. A semântica dos nomes próprios numa abordagem metalinguística. In: **Sapere aude**, v. 7, n. 14, 2016, p. 658-677.

PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. In: PESSIN, A; SANFORD, A. **The twin earth chronicles: Twenty years of reflection on Hilary Putnam's**. New York, M.E. Sharp, p. 2-52,1996.

QUINE, W. V. Os dois dogmas do empirismo. In: **De um ponto de vista lógico**. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. Col. Os Pensadores.

RUSSELL, B. On Denoting. **Mind**, New Series, v.14, n.56, p. 479-493, 1905

_____. A filosofia do atomismo lógico. In: **Lógica e Conhecimento: Ensaios escolhidos**. São Paulo: Abril cultural, 1978, (Os Pensadores)

_____. **Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description** (1910-1911). Disponível em: www.hist-analytic.org/Russellacquaintance.pdf. Acesso em 23 de maio de 2008. p. 108-128.

SCHIRN, M. Nomes próprios e descrições definidas. In: IMAGUIRE, G; SCHIRN. **Estudos em filosofia da linguagem**. São Paulo: Loyola, 2008.

STRAWSON, P. F. On Referring. **Mind**, New Series, v. 59, n. 235, 1950, p. 320-344.

STALNAKER, R. Reference and necessity. In: Hale, B.; Wrigth, C. (eds). **A companion to the philosophy of language**. Australia: Blackwell companions to philosophy, 1997, p.534-554.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado Lógico-Filosófico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

_____. **Investigações Filosóficas**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1994.